

Manifesto de Povos Originários e Comunidades Tradicionais dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia

Nós, povos originários e comunidades tradicionais, povos indígenas Aikanã/RO, Kanoe/RO, Amondawa/RO, Kwazá/RO, Karitiana/RO, Karipuna/RO, Arara (Karo)/RO, Oro Mon/RO, Oro Wari/RO, Puruborá/RO, Guarasugwe/RO, Kassupá/RO, Kaorowaje/RO, Apurinã/AC, Jamamadi/AC, Jaminawa/AC, Huni Kuĩ/AC, Nukini/AC, Nawa/AC, Manchineri/AC, Torá/AM, Mura/AM, Munduruku/AM, Tenharin/AM, Apurinã/AM, Bororo/MT, Enawene Nawe/MT, Maimandé/MT, Myky/MT, Rikbaktsa/MT, Kuikuro/MT, Comunidade Ribeirinha do distrito de Calama – PVH/RO, reunidos no **Encontro sobre os Impactos da Fronteira Agrícola, Desmatamento e Mineração na Região AMACRO**, entre os dias 22 e 24 de agosto de 2023, no Centro Arquidiocesano Pastoral, na cidade de Porto Velho/RO, manifestamos repúdio ao modelo de exploração econômica predatória implementada na Zona de Desenvolvimento Sustentável - ZDS Abunã-Madeira, anteriormente denominada AMACRO (Amazonas, Acre e Rondônia), que potencializa os ataques aos nossos territórios, sendo um projeto incompatível com nossos modos de vida e com os direitos da natureza.

Denunciamos a morosidade, injustificável, nos processos de demarcação dos nossos territórios, que se arrastam há anos gerando insegurança jurídica e instabilidade social na região, intensificando as diversas formas de violências, com destaque às ameaças e extermínio de nossas lideranças

Repudiamos com veemência as invasões de nossas terras originárias e sagradas, por madeireiros, mineradoras, grileiros, fazendeiros, garimpeiros, empreendimentos religiosos fundamentalistas, que patrocinam a devastação ambiental (desmatamentos ilegais, incêndios florestais, poluição das águas e do ar, e mortandade de animais a partir da contaminação pelo uso de agrotóxicos), causando também doenças graves e crônicas em nossos povos. Neste aspecto, os grandes projetos considerados obras de infraestrutura, também ameaçam nossos territórios, como Usinas Hidrelétricas e suas barragens, hidrovias, rodovias, ferrovias, apoiados no discurso de um suposto desenvolvimento e bem-estar social, além do turismo predatório.

Rejeitamos os modelos de “Economia Verde” (em suas diversas denominações, tais como: os créditos de carbono, REED+, REM, bionegócios, Soluções Baseadas na Natureza, entre outros) apresentados e defendidos por Estados, empresas multinacionais e até mesmo organizações que se autointitulam socioambientais. Estes projetos apresentados como “verdes” são modelos de falsas soluções para a crise climática, que desrespeitam os direitos dos povos estabelecidos constitucionalmente e em convenções e declarações internacionais, tais como: o direito de consulta livre, prévia e informada e a autodeterminação dos povos. Estas empresas e governos apresentam uma imagem irreal de como seriam implantados os projetos, para enganar e assediar nossos povos e lideranças a aceitarem como única possibilidade de defesa da natureza. Importante destacar que, muitas vezes, são apresentados pequenos projetos, para melhor aceitação, com alegação que não causariam nenhum impacto ambiental, quando, na verdade, são exatamente o contrário.

Entendemos que a natureza é sujeita de direitos, e nossos povos constituem parte indivisível dela, vivendo em integração e interdependência há milênios. Os nossos povos e a natureza (rios, pedras, matas, florestas, montanhas, lagos, cachoeiras, fauna, flora) possuem direitos, que devem ser respeitados e defendidos. As ações de exploração nesta região da AMACRO violam flagrantemente nossos direitos e ameaçam a existência tanto da natureza como de nossos povos. O projeto dos povos indígenas e comunidades tradicionais e o projeto da AMACRO são antagônicos: o primeiro representa a vida, e o segundo representa a morte.

Portanto, exigimos das autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo: a demarcação urgente de todas as terras indígenas e a ampliação das que se encontram com pendências neste sentido; a retirada de invasores de nossos territórios; a rejeição da tese nefasta do Marco Temporal; a proteção de nossos territórios e de nossas lideranças; a garantia de consulta prévia, livre e informada sobre empreendimentos e projetos que afetem as nossas comunidades; a efetivação das políticas públicas consideradas básicas, como educação, saúde, segurança alimentar; a garantia do respeito à inviolabilidade de ritos sagrados de nossas culturas ancestrais, e a rejeição de Projetos de Leis que violam e atacam nossos direitos originários, dentre eles o PL 2903/2023.

Por fim, conclamamos a todos os demais povos, comunidades tradicionais, movimentos sociais, povos das águas, das florestas, do campo e das cidades, a se irmanarem no enfrentamento a este modelo de exploração econômica da AMACRO, para que, unidos, possamos fortalecer a nossa resistência, apresentando um modelo economicamente e socialmente sustentável, que respeite a integridade dos nossos territórios, o nosso modo de viver ancestral, o nosso direito de escolha, os direitos da natureza, a integridade física de nossas lideranças – dos nossos povos, enfim, nosso sagrado direito à vida, pois a preservação de nossos territórios é verdadeira contribuição socioambiental, para a AMACRO, o Brasil e para a Mãe-Terra, que é nossa *Casa Comum*.

Porto Velho, 24 de agosto de 2023

POVOS INDIGENAS E ORGANIZAÇÕES PRESENTES

Povo indígena Aikanã/RO
Povo indígena Kanoé/RO
Povo indígena Amondawa/RO
Povo indígena Kwazá/RO
Povo indígena Karitiana/RO
Povo indígena Karipuna/RO
Povo indígena Arara (Karo)/RO
Povo indígena Oro Mon/RO
Povo indígena Oro Wari/RO
Povo indígena Puruborá/RO
Povo indígena Guarasugwe/RO
Povo indígena Kassupá/RO
Povo indígena Kaorowaje/RO
Povo indígena Apurinã/AC

Povo indígena Jamamadi/AC
Povo indígena Jaminawa/AC
Povo indígena Huni Kuĩ/AC
Povo indígena Nukini/AC
Povo indígena Nawa/AC
Povo indígena Manchineri/AC
Povo indígena Torá/AM
Povo indígena Mura/AM
Povo indígena Munduruku/AM
Povo indígena Tenharin/AM
Povo indígena Apurinã/AM
Povo indígena Bororo/MT
Povo indígena Enawene Nawe/MT
Povo indígena Maimandé/MT
Povo indígena Myky/MT
Povo indígena Rikbaktsa/MT
Povo indígena Kuikuro/MT
Comunidade Ribeirinha do distrito de Calama – PVH/RO
Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas/OPIROMA
Associação dos povos indígenas do lago do Capanã Mura e Munduruku/APILCAMM
Associação dos Povos Indígenas do Baixo Marmelos /APIBAM
Pastoral Indigenista/AM
Sindicato dos Trabalhadores Rurais/AM
Conselho Indigenista Missionário/CIMI
Caritas Brasileira – Articulação Noroeste
Comissão Pastoral da Terra/CPT
Ouvidora-Geral Externa da Defensoria Pública/RO
Universidade de Brasília/UNB
Universidade Federal de Rondônia/UNIR
Ministério Público Federal/MPF
Enraíze Soluções Participativas
Fundação Rosa Luxemburgo
Secours Catholique - Caritas França
Sei So Frei - Die entwicklungspolitische Organisation der Katholischen Männerbewegung